

“Estamos trabalhando para fazer o TAC”, afirma secretário de Agricultura

>> **Rodrigo Soares**
Redação DS

O Executivo Municipal de Tangará da Serra está preparando todos os procedimentos para assinar o Termo de Ajuste de Conduta (TAC), que prevê a liberação da estrutura da Feira da Vila Alta ainda em fase de conclusão para o uso dos pequenos agricultores, que vendem seus produtos todos os sábados de maneira improvisada na Rua 14, a céu aberto.

De acordo com o secretário de Agricultura, Ander Santos, o

município já está viabilizando todas as exigências que constam no termo. “Estamos trabalhando para fazer o TAC. Sabemos que temos que providenciar a parte elétrica, a parte de água e fazer algumas obras que demandam tempo, então não tem um prazo ainda porque o Corpo de Bombeiros não vai liberar o espaço sem as condições mínimas de uso”, afirmou o secretário, destacando que o TAC só será assinado posteriormente as realizações dos procedimentos exigidos. “Não podemos falar em prazo por enquanto, pois te-

mos que atender a legislação. Estamos fazendo esse trabalho específico de ligação de água e luz, e a Associação dos Feirantes irá solicitar junto a Energisa. Temos também que ter um alvará da vigilância Sanitária e na segunda-feira [hoje] vamos fazer alguns procedimentos”, explicou Ander Santos.

Após todo os procedimentos realizados pelo município, uma equipe especializada do Corpo de Bombeiros realizará uma inspeção in loco na estrutura da Feira da Vila Alta, verificando se todos os requisitos de prevenção mínima foram cumpridos.



Secretário municipal de Agricultura, Ander Santos

TAC

Termo de Ajuste de Conduta terá validade de um ano

>> **Rodrigo Soares**
Redação DS

Previsto para ser assinado após o Corpo de Bombeiros averiguar se o município cumpriu todos os requisitos de condições mínimas de uso, o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) que irá liberar a estrutura da Feira da Vila Alta para os pequenos produtores terá a validade de um ano.

De acordo com o presidente da Associação dos Produtores da Vila Alta (APVA), José Miranda, apesar desse prazo estipulado, a expectativa é que o termo dure um período bem menor. “Segundo conversamos com o prefeito, o TAC irá durar no máximo quatro meses, mas a validade dele é para um ano. Contudo existe a possibilidade de durar todo esse prazo de validade de-

pendendo das necessidades, porque o TAC visa a realização de algumas adequações no espaço para que os bombeiros possibilitem a entrada da gente na nova estrutura”, explicou o presidente da APVA, destacando que os feirantes enxergam no TAC uma medida emergencial para que todos, finalmente, saiam do trabalho a céu aberto sujeitos a tempestades e intenso sol.

“É uma forma emergencial de nós ocuparmos aquele espaço, até que se resolva de uma vez por todas a conclusão das obras. Temos algumas emendas parlamentares mencionadas para entrar, mas ainda não foi assinado nenhum convênio”, informou o feirante.

Conforme o Diário da Serra já veiculou em edições anteriores, recentemente os deputados por



Assinatura do TAC visa a liberação da estrutura ainda não concluída

Tangará da Serra, Saturnino Masson (PSDB) e Wagner Ramos (PSD), destinaram o valor de R\$ 500 mil em emendas parlamentares para a conclusão das obras da Feira da Vila Alta. Do total, R\$ 300 mil são verbas viabilizadas por

Masson e R\$ 200 mil garantida por Ramos, que irá atende uma reivindicação bastante antiga da população tangaraense e, principalmente, dos pequenos produtores, que há anos aguardam com ansiedade a conclusão das obras.

37/2007

AMM analisa PEC que retoma a cobrança do ICMS nas exportações

>> **Assessoria**

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 37/2007), que retoma a cobrança do ICMS na exportação de produtos primários e semielaborados. A iniciativa partiu do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e recebeu substitutivo do relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG). A proposta segue agora para análise do Plenário. Se a PEC 37 se tornar emenda, será resgatado o regime de desoneração do ICMS das exportações instituído pela Constituição Federal.

O presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Neurlan Fraga, considera que a proposta pode ser modificada no Senado, mas há interesse da bancada

ruralista em manter a desoneração do ICMS, pois isto beneficia diretamente o setor do agronegócio.

Outro ponto observado por Fraga, é que o governo federal precisa exportar a matéria prima para equilibrar a balança comercial. “O governo precisa ter o superávit da balança comercial e tem conquistado isso, em função das exportações”, observou.

Na sua avaliação, será aberto um debate e vai fazer com que o governo facilite a negociação de uma compensação mais justa aos estados e municípios. “O governo fará uma negociação mais justa com os estados exportadores de grãos como também com os estados exportadores de minérios. Poderá ainda acelerar a agroindustrialização nos estados produtores destas commodities”, assinalou.

+ EDUCAÇÃO

+ SAÚDE

+ EMPREGOS

O GOVERNO DE NOVA OLÍMPIA

ESTÁ TRABALHANDO POR

Você!